

SUMÁRIO

Volume I

INTRODUÇÃO Erro! Indicador não definido.

1 ÉTICA: SUA COMPREENSÃO NA HISTÓRIA Erro! Indicador não definido.

1.1 Considerações iniciais Erro! Indicador não definido.

1.2 Antecedentes históricos Erro! Indicador não definido.

1.2.1 A ética na era do ser **Erro! Indicador não definido.**

1.2.2 A Ética na era da consciência **Erro! Indicador não definido.**

1.2.3 A Ética na era da linguagem **Erro! Indicador não definido.**

2 ÉTICA: SUA COMPREENSÃO NA CONTEMPORANEIDADE Erro! Indicador não

2.1 A ética em si mesma Erro! Indicador não definido.

2.2 Ética e moral Erro! Indicador não definido.

2.3 Ética, poder e estado Erro! Indicador não definido.

2.4 Ética e direito Erro! Indicador não definido.

3 ÉTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Erro! Indicador não definido.

3.1 Ética e moralidade administrativa Erro! Indicador não definido.

3.2 Ética e probidade administrativa Erro! Indicador não definido.

4 ÉTICA E AGENTE PÚBLICO Erro! Indicador não definido.

4.1 O Homem como sujeito ético Erro! Indicador não definido.

4.2 O Agente Público e a Constituição da República Federativa do Brasil Erro! Indicador não

4.3 O Agente Público e as Relações Internacionais Erro! Indicador não definido.

4.4 O Agente Público e a Corrupção Erro! Indicador não definido.

4.4.1 Um caso concreto **Erro! Indicador não definido.**

4.4.2 Sugestões de medidas efetivas para a prevenção de atos ilícitos **Erro! Indicador não definid**

5. UMA PROPOSTA ÉTICA Erro! Indicador não definido.

5.1 Proposta de Declaração Universal dos Deveres Humanos Erro! Indicador não definido.

CONCLUSÃO Erro! Indicador não definido.

REFERÊNCIAS Erro! Indicador não definido.

BIBLIOGRAFIA DE APOIO Erro! Indicador não definido.

Volume II

ANEXO - Acordos internacionais

RESUMO

A conduta ética do agente público constitui um dever absoluto, e é essencial à construção do Estado Democrático de Direito, que representa um dos pilares para a realização concreta dos direitos fundamentais da pessoa humana. As relações da ética com o Estado, com o Direito, com o Poder Público, juntamente com a moralidade e a probidade administrativa, constituem tema candente para todos os que se preocupam com a coisa pública. A conduta ética e proba da administração pública, no âmbito interno e nas relações internacionais, por sua vital importância, é, atualmente, tema próprio das Constituições e das Convenções Internacionais. Hoje não mais se toleram condutas ilícitas praticadas por agentes públicos e assemelhados, com graves e irreparáveis lesões ao patrimônio público. Há fatos emblemáticos, que mostram a questão ética da administração pública em toda a sua pujança, complexidade e fundamental importância, entrelaçando não apenas o Direito – constitucional, civil, administrativo, penal, processual penal e a legislação extravagante –, mas, sobretudo, a filosofia, como busca perene da compreensão da vida e do homem. Daí a necessidade da adoção de efetivas medidas de prevenção dos atos ilícitos, em que se materializam a improbidade, a corrupção e os delitos próprios dos agentes públicos, com a implantação de uma ética concreta de agir, desvinculada de quaisquer interesses ideológicos ou religiosos, mas com matiz crítico, ante a perspectiva de exigências futuras e necessariamente atuais, culminando na elaboração de uma Declaração Universal dos Deveres Humanos.

Palavras-chave: Ética. Agente público. Estado Democrático de Direito. Moralidade administrativa. Probidade administrativa. Direitos fundamentais da pessoa humana.

ABSTRACT

Ethics behavior of the public agent is an absolute duty and is essential to the construction of the Democratic State of Right, which represents one of the pillars for the concrete accomplishment of the basic rights of the human being. The relations of ethics with the State, with Law, with the Public Power, collectively with administrative morality and the administrative probity represents a elemental theme for all those who care about public things. The ethics and faithful behavior of public administration, analyzed such as in nationals and internationals relations is, nowadays, established by almost all Constitutions and International Conventions. Illicit behavior that causes serious and irreparable damage to common wealth are not tolerate anymore. These facts are a paradigm of the ethical question of public administration in all those aspects, basic complexity and importance, interlacing not only the Right – constitutional, civil, administrative, criminal, procedural criminal and the extravagant legislation – , but above all, the Philosophy, as a search for understanding life and man. Therefore, it must be adopted some effective measures which demonstrate improbity, corruption and public agents' illicit acts, struggling for the implantation of a concrete universal ethics of acting disentaileed from any ideological or religious interest, but with critical shade in the face of future perspectives and necessarily current demands, suggesting the elaboration of a Universal Declaration of Human Duties.

Key words: Ethics. Public agent. Democratic State of Right. Administrative morality. Administrative probity. Basic rights of the human being